



**I SIMULADO JURÍDICO  
DE NIVELAMENTO  
PROVÃO DE BOLSAS**

**INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO**

- 1 – Este simulado conta com questões focadas na carreira jurídica;
- 2 – A prova contém **100 questões**;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Nivelamento-ECJ-31-07>**

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E  |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E  |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E  |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E  |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E  |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E  |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E  |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E  |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E  |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E  |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E  |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E  |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E  |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E  |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E  |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E  |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E  |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E  |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E  |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |



**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

**01.** A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

- a) sociológico de Constituição.
- b) político de constituição.
- c) normativo de Constituição.
- d) ontológico de Constituição.
- e) cultural de Constituição.

**02.** Segundo JJ Gomes Canotilho, o método de interpretação constitucional que pressupõe a compreensão do problema concreto a resolver, de modo a existir a primazia do problema sobre a norma é o

- a) método hermenêutico clássico.
- b) método tópico-problemático.
- c) método hermenêutico-concretizador.
- d) método científico-espiritual.
- e) método normativo-estruturante.

**03.** Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) foi subscrita por 208 deputados federais e teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. No primeiro turno de votação, recebeu 315 votos favoráveis e, no segundo turno, 308 votos. Tendo sido enviada ao Senado, o texto foi aprovado, sem alteração, em dois turnos de votação, por 60% do total de membros da Casa em cada turno. Em seguida, a emenda foi promulgada pelo Presidente da República e enviada à publicação. A respeito da narrativa, indique a alternativa correta.

- a) Houve falha na iniciativa, uma vez que 208 deputados não são legitimados à propositura de PEC.
- b) No Senado, a PEC não atingiu o quórum suficiente para ser aprovada.
- c) O Presidente da República não tem competência para promulgar emenda e nem para enviá-la à publicação.
- d) O processo legislativo transcorreu como determinado pela Constituição Federal e não apresentou nenhum vício formal.
- e) A PEC deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, se manifestar sancionando ou vetando.

**04.** A respeito dos direitos políticos e dos direitos de nacionalidade, indique a alternativa correta.

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) Aos estrangeiros originários de países de língua portuguesa que tenham residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.
- c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos; os maiores de sessenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- e) Apenas o militar com mais de dez anos de serviço é elegível.

**05.** Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A

respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.
- b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.
- c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.
- e) A lei estadual interferiu em matéria contratual firmada entre operadoras e usuários, causando prejuízo financeiro, o que gera a sua inconstitucionalidade.

**06.** A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

- b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- a) Segundo posicionamento doutrinário majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

e) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da Advocacia -Geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.

**07.** A respeito da ordem social, conforme definição expressa da Constituição Federal, indique a assertiva INCORRETA.

- a) O primado do trabalho é a base da ordem social e esta tem por objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.
- c) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos da seguridade social.
- d) Pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social não podem contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

e) As entidades beneficentes de assistência social que cumprem os requisitos estabelecidos por lei são isentas de contribuição para a seguridade social.

**08.** Conforme o sistema de governo adotado pelo Estado, o Poder Executivo será exercido por um órgão pluripessoal ou por órgão unipessoal. A respeito desse assunto, indique a assertiva correta.

- a) No sistema presidencialista de governo, o Presidente da República apenas exerce a função de Chefe de Governo.
- b) Cabe ao chefe de Governo representar o Estado nas suas relações internacionais.
- c) Cabe ao Chefe de Estado exercer a liderança política nacional e gerir a máquina administrativa.

d) No sistema parlamentarista de governo, diferentemente do que se aplica ao modelo presidencialista, o Poder Executivo é chefiado por uma só pessoa, que acumula as atribuições de chefe de Estado e de Chefe de Governo.

e) No Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Chefe da Administração Pública Federal.

**09.** A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Conforme redação da Constituição Federal, indique a assertiva correta.

a) Dentre outros, são órgãos de segurança pública: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III – Força Nacional de Segurança Pública; IV - polícias civis; V - polícias penais federal, estaduais e distrital.

b) Às polícias civil, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Aos corpos de bombeiros militares cabe, além de outras atribuições, a execução de atividades de defesa civil.

c) Cabe à polícia penal promover a segurança nos estabelecimentos penais.

d) A Constituição Federal autoriza os Municípios a constituírem guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

e) As polícias militares e as polícias civis, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

**10.** A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta.

a) A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.

b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.

c) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Procurador-Geral da República por crime de responsabilidade.

d) Em regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões são tomadas por maioria absoluta de seus membros.

e) As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diferentemente do que se aplica às Comissões Parlamentares de Inquérito, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto determinado.

**11.** O Ministério Público do Paraná denunciou Geraldo, deputado estadual, por crimes comuns praticados durante o mandato. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar Geraldo é

a) do Superior Tribunal de Justiça

b) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deverá convocar desembargadores substitutos.

c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.

d) do Supremo Tribunal Federal.

e) Juiz de Direito do Paraná.

**12.** A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar

sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.

- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.
- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**13.** No que diz respeito às regras sobre Contratos Administrativos, previstas na Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) O contrato celebrado mediante licitação, deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, como condição indispensável de sua eficácia.
- b) No caso de contratação direta celebrada em caso de urgência, o contrato terá eficácia a partir de sua assinatura e deverá ser publicado no prazo de 05 dias úteis, sob pena de nulidade.
- c) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- d) Independentemente de seu valor, o instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução

de serviço nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras.

- e) No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 40 (quarenta) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

**14.** No que diz respeito às regras sobre Licitações, previstas na Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) O credenciamento, hipótese de dispensa de licitação, é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- b) O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior retorno econômico.
- c) Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente pessoa física ou jurídica que, nos 6 (seis) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- d) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, facultado à Administração indicar nominalmente pessoas.
- e) A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, audiência pública, presencial ou a distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e

com possibilidade de manifestação de todos os interessados.

**15.** Nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores sobre Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar:

- a) No processo administrativo disciplinar, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado enseja nulidade, uma vez que compromete a defesa do indiciado, violando o devido o contraditório e a ampla defesa.
- b) Não é possível, via mandado de segurança, valorar a congruência entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão aplicada no processo administrativo disciplinar.
- c) A Lei n. 8.112/1990 não pode ser aplicada de modo supletivo aos procedimentos administrativos disciplinares estaduais, ainda que existam lacunas nas leis locais que regem os servidores públicos.
- d) Eventuais irregularidades ocorridas na sindicância contaminam o processo administrativo disciplinar instaurado posteriormente, deve ser anulado, em razão do poder-dever de autotutela da Administração.
- e) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

**16.** Em relação aos Serviços Públicos, é correto afirmar que:

- a) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará em anulação da concessão.
- b) A interrupção do serviço público, por inadimplemento do usuário, após prévio aviso poderá iniciar-se na sexta-feira. Entretanto, não poderá ocorrer no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.
- c) De acordo com a Lei 8.987/95, incumbe ao Poder Concedente declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública,

promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será daquele a responsabilidade pelas indenizações cabíveis.

- d) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção não pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.
- e) Em um contrato de concessão pública, o poder concedente poderá autorizar que os financiadores e garantidores da concessionária assumam temporariamente o controle da administração, o que lhes acarretará responsabilidade em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros.

**17.** Considerando a Lei 11.079/2004, assinale a alternativa correta sobre as Parcerias Público Privadas:

- a) A contratação de parceria público-privada pressupõe licitação na modalidade concorrência.
- b) As concessões patrocinadas em que mais de 60% (sessenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.
- c) O menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública poderá ser adotado como critério de julgamento na licitação para a contratação de parcerias público-privadas.
- d) O certame para a contratação de parcerias público-privadas não poderá admitir o recebimento de propostas escritas, seguidas de lances em viva voz, como forma de apresentação das propostas econômicas.
- e) A licitação para contratação de parceiro público-privado não poderá prever o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas.

**18.** Sobre Desapropriação, assinale a alternativa incorreta

- a) Em ação de desapropriação, é possível ao juiz determinar a realização de perícia avaliatória, ainda que os réus tenham concordado com o valor oferecido pelo Estado.
- b) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço.
- c) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.
- d) O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por utilidade pública, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- e) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.

**19.** No que diz respeito às regras sobre Contratos Administrativos, previstas na Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos que poderão ser prorrogados por até 12 meses, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior.
- b) O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, em razão da execução do contrato e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

d) O reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ocorrer durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

e) A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato.

**20.** Nos termos da Lei 14.133/2021, são modalidades de licitação, exceto:

- a) Concorrência.
- b) Leilão.
- c) Pregão.
- d) Tomada de Preços.
- e) Diálogo Competitivo.

**21.** Acerca dos Consórcios Públicos, assinale a alternativa correta

- a) O contrato de consórcio público não poderá ser celebrado por apenas uma parcela dos entes da Federação que subscreveram o protocolo de intenções, ainda que preveja cláusula nesse sentido.
- b) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, salvo transferências ou operações de crédito.
- c) A ratificação do protocolo de intenções pode ser realizada com reserva que, aceita pelos demais entes subscretores, implicará consorciamento parcial ou condicional.
- d) A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções independerá de



homologação da assembleia geral do consórcio público.

e) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

**22.** Acerca das Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 anos.

b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

c) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada não poderá ser feita por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.

d) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, a qual poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

e) Em regra, maioria do capital votante das sociedades de propósito específico, pertence à Administração Pública.

**23.** Sobre Improbidade Administrativa, assinale a alternativa incorreta

a) O magistrado não tem competência para aplicar a sanção de cassação de aposentadoria a servidor condenado judicialmente por improbidade administrativa. Apenas a autoridade administrativa possui poderes para decidir sobre a cassação.

b) Comete ato de improbidade administrativa o professor universitário submetido ao regime de

dedicação exclusiva que acumula função remunerada em outra instituição de ensino.

c) Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.

d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso ou culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

e) Em caso de ação de improbidade administrativa que envolva dois ou mais réus, o prazo prescricional de 5 anos deve ser contado de forma individual.

**24.** Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

a) São prescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

b) É legítima a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior ainda que, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.

c) É indispensável a exposição detalhada dos fatos a serem apurados na portaria de instauração do processo administrativo disciplinar.

d) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

e) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

25. Com relação à prescrição, é correto afirmar:

- a) Não corre prescrição contra aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- b) Caso a prescrição seja interrompida, ela recomeça a correr do dia seguinte à data do ato que a interrompeu.
- c) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.
- d) A interrupção da prescrição efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- e) A interrupção da prescrição operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores.

26. Em 30.05.2015, Fernando celebrou contrato de seguro de vida com a Seguradora Luz e Paz. Em 10.01.2017, Fernando, sofrendo de enorme crise depressiva, lançou-se do alto do seu edifício e faleceu imediatamente. Celina, sua esposa, beneficiária do seguro, procurou a Seguradora, a qual indicou que não pagará o seguro, visto que o contrato continha cláusula excluindo o pagamento em caso de suicídio. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Nos seguros de pessoas, o capital segurado é livremente estipulado pelo proponente, de modo que é vedado contratar mais de um seguro sobre o mesmo interesse, com o mesmo segurador.
- b) É válida a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio de Fernando ocorrido nos primeiros dois anos de vigência inicial do contrato.
- c) Na contratação do seguro, Celina deve ter sido obrigada a declarar, sob pena de falsidade, o seu interesse pela preservação da vida do segurado.
- d) O capital estipulado do seguro de vida está sujeito às dívidas de Fernando, mas não se considera herança para todos os efeitos de direito.

e) O suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, de modo que Celina nada receberá do segurador.

27. Com relação à partilha, assinale a alternativa correta:

- a) O herdeiro pode sempre requerer a partilha, ainda que o testador o proíba, mas não o pode seus cessionários e credores.
- b) Os bens insuscetíveis de divisão cômoda, que não couberem na meação do cônjuge sobrevivente ou no quinhão de um só herdeiro, deverão ser partilhados conforme o acordado por todos.
- c) Ficam sujeitos a alienação judicial os bens sonegados e quaisquer outros bens da herança de que se tiver ciência após a partilha.
- d) Se os herdeiros forem capazes, poderão fazer partilha amigável, por escritura pública, termo nos autos do inventário, ou escrito particular, homologado pelo juiz.
- e) Extingue-se em quatro anos o direito de anular a partilha.

28. Com relação à prova, no Código Civil:

- I - A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.
- II – A escritura pública sempre deve conter a declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes, ou de que todos a leram.
- III - Se algum comparecente não puder ou não souber escrever, duas testemunhas assinarão por ele, a seu rogo.
- IV - O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público.

Aponte as assertivas incorretas:

- a) I e II.

- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

**29.** Com relação às normas dispostas na Lei 8.245/91:

I - O locatário poderá denunciar a locação por prazo indeterminado mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de trinta dias.

II – Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de trinta dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel.

III - A denúncia deverá ser exercitada no prazo de trinta dias contados do registro da venda ou do compromisso, presumindo - se, após esse prazo, a concordância na manutenção da locação.

IV - A cessão da locação, a sublocação e o empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, dependem do consentimento prévio e escrito do locador.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

**30.** Com relação ao direito das coisas, é correto afirmar:

- a) O direito de superfície autoriza obra no subsolo, pois inerente ao objeto da concessão.
- b) A concessão da superfície será onerosa; caso em que estipularão as partes se o pagamento será feito de uma só vez, ou parceladamente.
- c) O direito de superfície é intransmissível a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros.

d) O direito de superfície não pode ser constituído por pessoa jurídica de direito público interno.

e) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização cabe ao proprietário e ao superficiário, no valor correspondente ao direito real de cada um.

**31.** Com relação à responsabilidade civil, é correto afirmar:

a) Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do arbitramento.

b) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do efetivo prejuízo.

c) Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial implica sucumbência recíproca.

d) A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário da vítima vigente ao tempo do fato e ajustar-se-á às variações ulteriores.

e) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

**32.** Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

a) É anulável o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

b) As nulidades dos negócios jurídicos podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

c) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo-lhe permitido supri-las, a requerimento das partes.

d) O negócio jurídico nulo convalesce pelo decurso do tempo.

e) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, inclusive no caso de solidariedade ou indivisibilidade.

**33.** Com relação ao entendimento jurisprudencial acerca dos direitos da personalidade, é correto afirmar:

a) O dano moral extrapatrimonial atinge direitos de personalidade do grupo ou da coletividade como realidade massificada, sendo necessária a demonstração de dor, da repulsa, da indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado.

b) A imunidade conferida ao advogado para o pleno exercício de suas funções não possui caráter absoluto, devendo observar os parâmetros da legalidade e da razoabilidade, porém abarca violações de direitos da personalidade, notadamente da honra e da imagem de outras partes ou de profissionais que atuem no processo.

c) A voz humana não encontra proteção nos direitos da personalidade como direito autônomo, apenas como parte integrante do direito à imagem ou do direito à identidade pessoal.

d) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, assentado no princípio da dignidade da pessoa humana.

e) Os pedidos de remoção de conteúdo de natureza ofensiva a direitos da personalidade das páginas de internet, seja por meio de notificação do particular ou de ordem judicial, independem da localização inequívoca da publicação, correspondente ao material que se pretende remover.

**34.** Caberá ao cônjuge, em concorrência com os descendentes, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer:

a) quinhão em dobro ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, salvo se casado este com o falecido no regime

da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança houver deixado bens particulares.

b) quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação total de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança houver deixado bens particulares.

c) quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à terça parte da herança, independente do regime de bens.

d) quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à terça parte da herança, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação total de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.

e) quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.

**35.** Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é correto afirmar que:

a) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se executarem.

b) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, quando relativo a bens móveis, e à lei da localização do bem imóvel.

c) é competente a autoridade judiciária brasileira, quando aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

d) não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz afastar a sua aplicabilidade.



36. Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) vinte anos.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

Rodrigo Vaslin

37. Sobre a cooperação jurídica internacional, assinale a alternativa correta:

- a) a cooperação jurídica internacional não precisa observar a espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.
- b) compete subsidiariamente à autoridade judiciária brasileira conhecer de ações relativas a divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, quando o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- c) a carta rogatória será encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores, acompanhada de tradução para a língua oficial do Estado requerido.
- d) realizar-se-á, como regra, com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.
- e) compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

38. Sobre o direito probatório, marque a alternativa correta:

- a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, e, após, o autor e o réu, que serão inquiridos.
  - b) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
  - c) Determinada pelo Juízo, a recusa pela parte, e por terceiros, a exhibir documento ou coisa importará na admissão como verdadeiros os fatos que a outra parte pretendia provar.
  - d) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
  - e) O NCPC não previu o instituto da prova emprestada. Assim, a regulação desse instituto é delineada apenas pela jurisprudência.
39. Assinale a alternativa correta acerca do cumprimento de sentença:
- a) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada.
  - b) O cumprimento da sentença poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável, ainda que estes não tenham participado da fase de conhecimento.
  - c) De acordo com a jurisprudência do STF, em sede de execução contra a fazenda pública não devem incidir os juros da mora no período compreendido entre a data de realização dos cálculos e a da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório.
  - d) o cumprimento de decisão definitiva que condena ao pagamento de prestação alimentícia se dará no juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição ou no juízo do atual domicílio do credor, sendo certo que a intimação do devedor se dará na pessoa de seu advogado.

e) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 05 (cinco) dias, acrescido de custas, se houver.

**40.** Sobre a litigância de má-fé, analise as seguintes assertivas:

I. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente, alcançando, inclusive, membros do MP, Defensoria e Juiz.

II. É uma punição processual que depende de provocação judicial;

III. Pode ser aplicada para o caso de pessoas que apresentam reconvenção contra texto expresso da lei.

A opção que traz a informação correta é:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) III
- d) I.
- e) todas estão erradas.

**41.** Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

a) Sentença transitada em julgado que tenha sido baseada em transação inválida poderá ser rescindida se o vício for verificado mediante simples exame dos documentos dos autos.

b) É cabível o manejo da rescisória se a decisão de mérito, transitada em julgado, houver sido proferida por juiz impedido ou suspeito.

c) Não é possível a rescisão de decisão transitada em julgado que não tenha decidido o mérito da demanda.

d) O autor deverá depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa, que se converterá em

multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

e) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

**42.** Com relação à Assistência, considere:

I. A assistência será admitida em qualquer procedimento, até a prolação da sentença.

II. Na assistência simples, sendo revel o assistido, o assistente será considerado revel também.

III. Assistência simples obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou renuncie ao direito sobre o que se funda a ação.

IV. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma apenas em

- a) II, III e IV
- b) I, II e III.
- c) IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

**43.** Sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais, dada a existência de vedação legal expressa.

b) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do feito.

- c) A intervenção do amicus curiae não implica alteração de competência, mas autoriza a interposição de quaisquer recursos pelo amigo da corte.
- d) Se o denunciante for vencedor, a ação de denúncia não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado
- e) Sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissivo o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios.

**44.** Analise as proposições abaixo, acerca do impedimento e suspeição:

- I. Há impedimento do juiz caso figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.
- II. Há impedimento quando o primo do juiz estiver postulando como advogado.
- III. Há suspeição quando o juiz for amigo íntimo ou inimigo das partes ou seus advogados.
- IV. Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I, II e III.
- b) III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

**45.** Sobre o processo de execução, assinale a alternativa correta:

- a) tendo mais de um domicílio, o executado deverá ser demandado no foro do domicílio do autor.
- b) a execução poderá ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou em que ocorreu o fato que deu

origem ao título, mesmo que nele não mais resida o executado.

- c) Ao oficial de justiça é vedado cumprir os atos executivos determinados pelo juiz nas comarcas contíguas.
- d) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- e) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para serem executados;

**46.** O falecimento da parte no curso do processo acarreta:

- a) a imediata prolação de sentença sem resolução de mérito, seja a parte falecida autora ou ré na demanda.
- b) a suspensão do processo, caso não tenha sido proposta ação de habilitação, sendo que, falecido o réu, o juiz ordenará a intimação do autor para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo que designar, de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) meses.
- c) no caso de falecimento do autor e sendo transmissível o direito em litígio, a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, pelos meios de divulgação que reputar mais adequados, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo designado, sob pena de extinção do processo com resolução de mérito.
- d) o prosseguimento do feito, desde que já tenha se iniciado a fase instrutória da demanda.
- e) nenhuma das anteriores.

**47.** A respeito da tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.

- b) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.
- c) por emanar do poder jurisdicional, não implica responsabilidade do autor pelos eventuais prejuízos que a efetivação da medida ocasionar ao réu.
- d) a tutela provisória conserva sua eficácia durante a pendência do processo, exceto em caso de suspensão deste, quando então terá suspensos seus efeitos independentemente de pronunciamento judicial.
- e) Concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 05 (cinco) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

**48.** Sobre o processo nos Tribunais, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em incidente de assunção de competência e recursos especial e extraordinário repetitivos.
- b) O recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal ou se for ele julgado improvido.
- c) No caso de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), a desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.
- d) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, com repetição em múltiplos processos
- e) Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 15 (quinze) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.

---

**DIREITO PENAL**

---

Michael Procópio

**49.** A respeito dos crimes contra a honra, é correto afirmar:

- a) É punível a calúnia contra os mortos.
- b) A difamação caracteriza-se pela imputação falsa de fato definido como crime.
- c) Para caracterizar a calúnia, o fato imputado não precisa ser delituoso, basta que seja falso e suficiente para ofender a reputação da vítima.
- d) Na calúnia, assim como na injúria, há mera atribuição de qualidade negativa ao ofendido.
- e) Injúria ofende a honra objetiva, que trata das qualidades do sujeito.

**50.** Félix, brasileiro nato, mora na Alemanha e é um ferrenho crítico do governo local. Manifesta seu posicionamento político em um jornal da cidade onde mora. Ocorre que criticar o governo por meio de qualquer mídia é considerado crime naquele país. Por esse motivo, Félix tem decretada a sua prisão. Contando com a ajuda de amigos, Félix foge para o Brasil, acreditando que, assim, não será punido. Diante do caso, assinale a alternativa correta:

- a) Adentando Félix no território nacional, ele será punido pelas leis penais brasileiras, pois se trata de caso de extraterritorialidade incondicionada.
- b) Mesmo Félix tendo praticado crime no exterior e adentrado no Brasil, ele não sofrerá a incidência da lei penal brasileira.
- c) Félix deverá ser extraditado para que responda perante a Justiça Alemã.
- d) Adentrando Félix no território brasileiro, será aplicada a lei brasileira pelo princípio da territorialidade.
- e) A pena de Félix será imposta de maneira dupla, de modo que será julgado no Brasil com a incidência da lei penal brasileira, que poderá ser somada com pena eventualmente aplicada na Alemanha.



**51.** Luana e Karina estão voltando de uma festa quando iniciam uma briga e, por esse motivo, Karina decide matar Luana. Para isso, vai até a sua residência e pega a pistola do pai, que é policial militar, e segue ao encontro de sua inimiga. Ao chegar à casa de Luana, encontra-a conversando com o vizinho Roberto. Karina, então, saca a arma e atira na direção da inimiga, porém, como não tinha qualquer perícia com armas, erra o alvo e acerta o pé direito de Roberto, causando uma lesão de natureza leve. Diante dos fatos:

- a) Karina deverá responder por lesão corporal na modalidade culposa.
- b) Karina deverá responder por lesão corporal leve.
- c) Karina deverá responder por tentativa de homicídio em concurso formal com lesão corporal leve.
- d) Karina não responderá por nada, uma vez que o ferimento foi leve e não houve um homicídio.
- e) Karina deverá responder por tentativa de homicídio.

**52.** Regina mora com a sua mãe, que tem 57 anos, e sua tia, que tem 62 anos. Disposta a sair para o show de sua banda favorita, porém, sem dinheiro, Regina subtrai da bolsa da mãe R\$ 200,00 (duzentos reais) e, da carteira da tia, R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Diante dos fatos, assinale a alternativa correta:

- a) Regina será processada por dois crimes de furto, e nesse caso a ação penal será pública condicionada a representação. As penas devem ser aplicadas segundo a regra de concurso material de delitos.
- b) Regina é isenta de pena em relação à mãe, mas responderá por furto em relação à tia, sendo nesse caso pública incondicionada a ação penal.
- c) Regina deve responder por furto em relação à tia, desde que haja a representação da vítima.
- d) Regina responderá por latrocínio.
- e) Regina não responderá por nenhum dos furtos.

**53.** Pedro está sendo processado por crime de roubo majorado. Durante a instrução criminal, após as oitivas das testemunhas do fato, o juiz atenta para a possibilidade de Pedro ser inimputável. Sendo assim, ele suspende o processo antes de realizada a instrução e determina a realização de perícia, que constata a inimputabilidade total de Pedro à época dos fatos. Considerando que a principal tese de defesa é a negativa de autoria e diante da constatação da inimputabilidade de Pedro, assinale a alternativa correta:

- a) A execução da medida de segurança não depende do trânsito em julgado de sentença absolutória imprópria;
- b) O magistrado deverá condenar o réu aplicando medida de segurança e pena privativa de liberdade, se forem constatadas a autoria e a materialidade após a instrução;
- c) O magistrado deverá absolver impropriamente o réu de maneira imediata, aplicando medida de segurança, que não gerará reincidência;
- d) Se, após a instrução, forem constatadas a materialidade e a autoria, o magistrado deverá absolver impropriamente o réu, aplicando apenas medida de segurança;
- e) Mesmo após a instrução, se forem constatadas a autoria e materialidade, o magistrado não precisa absolver impropriamente o réu nem aplicar medida de segurança;

**54.** Frederico nutre profunda raiva de André, motivo pelo qual decide mandar Pedro dar uma surra no desafeto, a fim de humilhá-lo. Ocorre que Pedro, devido a questões pessoais, acaba matando André. Diante do caso, assinale a alternativa correta:

- a) Frederico responderá por lesões corporais, podendo a pena ser aumentada de metade se a morte lhe era previsível, enquanto Pedro responderá por homicídio.
- b) Como Frederico quis participar de crime menos grave, será aplicada a pena deste, devendo haver diminuição da pena, caso o resultado mais grave fosse previsível.

- c) Frederico e Pedro respondem por homicídio, cabendo aumento de pena para Pedro.
- d) Frederico não responderá por nenhum crime, apenas Pedro.
- e) Frederico e Pedro deverão responder por homicídio, cabendo diminuição de pena para Frederico.

**55.** Um advogado ingressa em comunidade no interior do Estado de Santa Catarina para encontrar-se com cliente seu. Quando chega à rua, porém, depara-se com a situação em que um inimputável em razão de doença mental está atacando com um pedaço de madeira uma jovem que apenas caminhava pela localidade. Verificando que a vida da jovem estava em risco e não havendo outra forma de protegê-la, pega um outro pedaço de pau que estava no chão e desfere golpe no inimputável. Com base apenas nas informações narradas, é correto afirmar que, de acordo com a doutrina majoritária, a conduta do advogado:

- a) É uma conduta atípica e, por isso, não há crime;
- b) Não configura crime, em razão do estado de necessidade;
- c) Configura crime, tendo em vista que não havia direito próprio do advogado em risco para ser protegido, e também não há injustiça da agressão, uma vez que se trata de autor inimputável;
- d) Não configura crime, em razão da legítima defesa;
- e) Não configura crime, em razão do estrito cumprimento do dever legal;

**56.** A respeito do consentimento do ofendido no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta:

- a) Consentimento do ofendido é previsto, apenas, como causa excludente da ilicitude.
- b) O consentimento do ofendido é previsto, apenas, como causa suprallegal de exclusão da tipicidade.
- c) Uma vez que o ofendido presta o seu consentimento, ele não pode mais revogá-lo.

- d) O consentimento do ofendido pode ser reconhecido validamente mesmo se o bem jurídico for indisponível.
- e) Dependendo do caso, o consentimento do ofendido pode excluir a tipicidade ou a ilicitude. No caso de violação de domicílio, por exemplo, exclui a tipicidade.

**57.** Lorenzo é funcionário da embaixada brasileira na Itália. Em virtude do cargo que ocupa, Lorenzo foi procurado por algumas empresas italianas que ofereceram a ele grande quantia em dinheiro para que o agente público retardasse alguns atos concernente as suas funções. A proposta foi aceita. Em seguida, foi instaurada uma investigação pela polícia italiana, na qual muitos casos de corrupção foram descobertos, inclusive o de Lorenzo, que foi processado e condenado por corrupção passiva pela justiça italiana. Após cumprir inteiramente a sua pena naquele país, Lorenzo decide retornar ao Brasil. Considerando os fatos narrados, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Penal:

- a) O fato de ter sido condenado e cumprido a pena na Itália em nada interfere na pena a ser cumprida no Brasil, caso Lorenzo seja condenado pela justiça brasileira, haja vista tratar-se de extraterritorialidade incondicionada;
- b) O fato de ter sido condenado e cumprido a pena na Itália em nada interfere na pena a ser cumprida no Brasil, caso Lorenzo seja condenado pela justiça brasileira, haja vista tratar-se de extraterritorialidade condicionada;
- c) Lorenzo já cumpriu a pena referente ao ilícito cometido, logo, não poderá ser novamente condenado pelo mesmo crime no Brasil, sob pena de bis in idem.
- d) Em face do princípio da extraterritorialidade, Lorenzo ficará sujeito à lei penal brasileira pela corrupção passiva. Entretanto, a pena cumprida na Itália atenuará ou será computada na que eventualmente venha a ser imposta no Brasil;
- e) O caso é de extraterritorialidade condicionada, sendo assim, a lei brasileira não poderá ser aplicada a um crime já punido pelas leis de outro país;

58. Verifica-se a prática do crime de violação de domicílio na seguinte narrativa:

- a) Maria e João eram casados desde 2015, mas em virtude de uma traição, se separaram. Diante disso, Maria deixa o lar conjugal para morar em outra casa. Três meses depois, já divorciada, retorna ao imóvel e ali se instala sem a ciência de seu ex-marido, que naquele momento estava na casa de seus pais.
- b) Joaquina foi visitar sua amiga Felipa em um condomínio de casas na cidade de São Paulo. Entre a casa de Felipa e a entrada do local há um lindo jardim de rosas. Como as plantas não estão cercadas, Joaquina nele ingressa, de lá colhe várias flores para presentear sua amiga.
- c) José, sem-teto, resolveu entrar em uma casa, a qual se encontrava vazia há anos, embora possuísse diversas placas com telefone de Gabriel, proprietário que costumava alugar o imóvel. Embora sua intenção inicial fosse apenas passar alguns dias na casa, José decide fazer do local sua nova moradia, ignorando que Gabriel é o legítimo proprietário.
- d) Matheus estava indo para uma festa universitária na cidade de Guaraniópolis. No dia do evento, errou o endereço do evento e ingressou - de forma não autorizada - na festa de Gean, estudante de medicina. Instado pelos seguranças a deixar o local, ainda desconhecendo seu equívoco, Matheus se recusou a sair, o que só aconteceu com a chegada da polícia militar.
- e) Julian, notando que não chegaria a tempo em casa para ver os jogos televisionado da Olimpíadas, adentrou no saguão de um hotel, misturando-se a hóspedes e funcionários, pois ali há um telão transmitindo os jogos olímpicos de Tóquio.

59. Classifica-se corretamente o crime de sequestro ou cárcere privado como sendo:

- a) permanente e de dano.
- b) continuado e de dano
- c) continuado e de perigo
- d) permanente e de perigo

e) habitual e de dano

60. Dona Maria descobriu que o seu marido estava abusando sexualmente da filha do casal. Diante disso, resolveu matá-lo envenenado. Para isso, em um dia específico da semana, Dona Maria colocou veneno no chimarrão e o entregou ao marido. Enquanto o aguardava tomar a bebida, distraiu-se na cozinha e não percebeu que a filha do casal entrou no local e pediu para experimentar a bebida preparada para o seu pai. Após ingerir a bebida envenenada, a menina morre a caminho do hospital. Em prantos, Dona Maria se arrependeu do que fez e confessou todo o ocorrido para as autoridades.

Nessa hipótese, considerando o Código Penal e a doutrina, assinale a alternativa correta:

- a) Dona Maria deverá responder por homicídio culposo, já que não teve a intenção de matar a filha.
- b) Dona Maria deverá responder por homicídio doloso, restando configurada situação denominada de aberratio ictus por acidente.
- c) Na hipótese de Dona Maria vir a ser condenada, o juiz sentenciante poderá aplicar a ela o perdão judicial.
- d) Dona Maria responderá por homicídio doloso, restando configurada situação de aberratio ictus por erro no uso dos meios de execução.
- e) Dona Maria não responderá por homicídio, em razão de ter havido aberratio ictus.

---

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

61. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) Deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se expedir a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

- b) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- c) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade policial, sob pena de cerceamento de defesa e nulidade.
- d) No caso em que policial militar figurar como investigado por crimes punidos com reclusão, poderá este constituir advogado e, não o fazendo, a autoridade policial deverá intimar a instituição responsável para que indique o defensor.
- e) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá, mediante autorização judicial, proceder à reprodução simulada dos fatos.

**62.** Assinale a opção correta, considerando o disposto no Código de Processo Penal.

- a) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial sempre que forem necessárias novas diligências que possam instruir a denúncia.
- b) O arquivamento do inquérito policial será cabível e deverá ser promovido, pelo Ministério Público ou pela autoridade policial, quando verificada a extinção da punibilidade.
- c) O inquérito policial é procedimento de caráter administrativo e sigiloso, cujo acesso é reservado ao defensor do acusado somente em relação aos elementos de prova já documentados que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) Nos crimes em que não couber ação pública, a autoridade policial deverá notificar a vítima para que promova a ação penal cabível.
- e) O inquérito policial, enquanto instrumento necessário e indispensável, deverá sempre acompanhar a denúncia ou queixa.

**63.** Será cabível o acordo de não persecução penal, nos termos da Lei nº 13.964/2019, quando:

- a) o delito tenha sido praticado sem violência ou grave ameaça e a pena mínima seja inferior a 4 (quatro) anos, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- b) o delito tenha sido praticado sem emprego de grave ameaça e a pena mínima seja inferior a 4 (quatro) anos, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- c) o delito tenha sido praticado sem violência ou grave ameaça e a pena mínima seja inferior a 2 (dois) anos, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- d) o delito seja de ação penal privada e tenha pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- e) o delito seja de ação penal privada e tenha pena mínima inferior a 2 (dois) anos, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

**64.** No tocante à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) Em todos os crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, independentemente de requisição, representação ou pedido.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que praticado o crime.
- c) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- d) Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que praticado o delito.



e) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.

**65.** Sobre a ação civil, é correto afirmar:

- a) a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato no âmbito criminal, ainda que o réu tenha sido absolvido.
- b) não poderá ser proposta a ação civil 'ex delicto' no caso de arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia.
- c) ele é sempre dependente da correspondente ação criminal que apura o mesmo fato.
- d) a ação indenizatória no juízo cível somente poderá ocorrer pelo exato valor já fixado em sentença penal.
- e) a ação civil não poderá ser ajuizada antes da propositura da ação penal correspondente ao fato discutido, sob pena de supressão de instância.

**66.** Em relação à competência penal, marque a alternativa correta.

- a) A competência constitucional do Tribunal do Júri, estabelecida na Constituição Federal, prevalece sempre sobre o foro por prerrogativa de função.
- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- c) No concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que praticado o primeiro fato.
- d) No processo penal, regra geral, adota-se a teoria da resultado para determinar a competência.
- e) Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato, desde que posterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.

**67.** A competência será determinada pela continência, segundo o Código de Processo Penal, quando:

- a) ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso.
- b) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- c) houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- d) no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- e) houver concurso formal de crimes ou erro na execução.

**68.** Sobre as medidas assecuratórias, assinale a alternativa correta.

- a) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, desde que não tenham sido transferidos a terceiro.
- b) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e prova de autoria.
- c) Proceder-se-á ao sequestro dos bens móveis se, verificadas as condições previstas para o sequestro de imóveis, não for cabível a busca e apreensão.
- d) Não poderão ser os bens sequestrados utilizados pelos órgãos de segurança pública ou pelo sistema prisional, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- e) O arresto somente é admitido sobre bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração.

69. Sobre o tema de provas no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) O sistema acusatório puro adotado pelo ordenamento brasileiro impede que o juiz tenha qualquer iniciativa probatória durante a investigação ou no decorrer da ação penal.

b) De acordo com a jurisprudência, a produção antecipada das provas, no caso da suspensão do processo decorrente da citação por edital (art. 366 do CPP), exige concreta demonstração da urgência e necessidade da medida, não sendo motivo hábil a justificá-la o decurso do tempo, tampouco a presunção de perecimento.

c) O sistema da íntima convicção na avaliação das provas não é admitido no processo penal pátrio em nenhuma situação, de forma que todas as decisões devem sempre ser fundamentadas.

d) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas descobertas de forma fortuita.

e) Segundo o princípio da identidade física, somente o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença, devendo o processo ser remetido à vara em que o magistrado estiver atuando, no caso de remoção ou promoção posterior.

70. Em relação aos princípios e as fontes do processo penal, assinale a alternativa correta.

a) A lei puramente processual submete-se ao princípio 'tempus regit actum' (aplicação imediata), não importando se venham em prejuízo ou benefício do acusado.

b) Apesar de não possuir previsão constitucional, o princípio da presunção de inocência foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

c) O processo penal somente admite a publicidade a terceiros em casos excepcionais.

d) Aplica-se ao processo penal o princípio da extraterritorialidade.

e) A interpretação das normas processuais penais deve sempre ocorrer de forma declaratória ou restritiva, mas nunca de forma extensiva, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

### **LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

Ivan Marques

71. No tocante às regras expressas na Lei 8.137/90, aponte a alternativa CORRETA:

a) apenas define crimes contra a ordem tributária.

b) não possui previsão específica relacionada a funcionários públicos.

c) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.

d) se o crime tributário ocasionar grave dano à coletividade, o juiz deverá aplicar uma agravante.

e) parte dos crimes previstos nessa lei se processam mediante ação penal pública condicionada à requisição da Receita Federal.

72. Pedro e Bino foram condenados por tráfico de drogas. Conformados com o teor da sentença condenatória, os réus renunciaram ao direito de recorrer, em termo próprio. No ultimo dia do prazo recursal, sem saber da renúncia formal apresentada por seu cliente, o advogado de Bino interpôs recurso de apelação. Os desembargadores não conheceram do recurso diante da renúncia expressa dos condenados. Com base nas informações expostas, aponte a alternativa correta:

a) Acertadamente agiram os desembargadores pois o direito de recorrer é personalíssimo, no caso do tráfico de drogas.

b) Os desembargadores agiram corretamente pois quando há divergência entre a vontade do cliente e do advogado deve prevalecer a do cliente condenado por tráfico de drogas.

c) Os desembargadores erraram ao não conhecer o recurso de apelação, pois deve prevalecer a vontade de

quem deseja recorrer, independente do crime imputado ao réu.

- d) Acertadamente agiram os desembargadores, pois a renúncia por parte do réu gera a perda dos efeitos da procuração ad judícia outorgada.
- e) Há um vício processual insanável no caso, pois o advogado sempre deve ser intimado antes do réu, quando as intimações não acontecem em audiência.

**73.** A respeito da Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/2019), aponte a alternativa que não contém um dispositivo da *novatio legis*:

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- b) Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- c) A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.
- d) A perda da função pública depende, exclusivamente, do trânsito em julgado da sentença penal condenatória por crime de abuso de autoridade.
- e) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

**74.** Sobre o crime de maus tratos, praticado contra a fauna, aponte a alternativa correta:

- a) Vale exclusivamente para animais silvestres.
- b) É inafiançável.
- c) A pena mínima e máxima são maiores quando o animal é cão ou gato.
- d) A morte do animal qualifica o crime.
- e) A experiência dolorosa em animal vivo sempre será passível de punição.

**75.** A lesão corporal culposa no trânsito seguirá o trâmite do rito comum sumaríssimo em hipóteses expressamente previstas na Lei 9.503/97. Qual das alternativas abaixo mantém o termo circunstanciado de ocorrência para o crime de lesão corporal culposa praticada no trânsito:

- a) Participação de corrida em via pública não autorizada pela autoridade competente.
- b) Sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência
- c) Conduzir veículo automotor com a habilitação ou permissão para dirigir vencidas.
- d) Excesso de velocidade em 50 km/h acima do limite permitido.
- e) Exibição de perícia em via pública não autorizada pela autoridade competente.

**76.** Acerca da prisão temporária, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A prisão temporária, modalidade de prisão cautelar regulamentada pela Lei 7.960/89, pode ser decretada tanto na fase de investigação quanto na instrução penal, quando se deseja evitar a destruição de provas.
- b) A autoridade policial pode decretar a prisão temporária desde que seja imprescindível ao inquérito policial.
- c) A prisão temporária, como regra, tem um prazo máximo de duração de 5 dias, prorrogáveis por mais 5 dias, desde que se comprove sua necessidade.
- d) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz em se tratando de crimes hediondos ou equiparados.
- e) A prisão temporária converte-se em preventiva automaticamente, a depender de sua fundamentação cautelar original.

77. Acerca dos crimes hediondos, marque a alternativa incorreta:

- a) A progressão de regime para os crimes hediondos terá porcentagens de cumprimento de pena maiores do que de delitos considerados não hediondos.
- b) A prisão temporária, para os os crimes hediondos, terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança.
- d) Se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, a ele será vedado o livramento condicional.
- e) Consideram-se também hediondos os crimes de genocídio, tortura e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.

78. Marcelo prepara um banho com velas e flores para Joana, sua esposa. Aproveitando-se da distração provocada, ele subtrai todo o salário que Joana recebera naquela tarde, para comprar cervejas importadas e um jogo de PS5 (game). Ao descobrir o fato, Joana procura a delegacia de seu bairro e apresenta a *notitia criminis* contra seu marido, pedindo providências. Diante dessa situação aponte a alternativa correta.

- a) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar estelionato.
- b) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto mediante fraude.
- c) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto simples.
- d) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto qualificado por abuso de confiança.

e) Não existirá persecução penal pela presença de imunidade penal absoluta.

79. Durante o "Bota Fora" da Faculdade de Direito, Acelino desferiu, dolosamente, um soco no rosto de Adilson, causando-lhe lesões corporais de natureza leve (art. 129. Pena – detenção, de 3 meses a 1 ano). A briga aconteceu por ciúmes. O Ministério Público ofereceu denúncia, após a representação do ofendido, tendo por base o laudo comprovando a lesão leve e a confissão do agressor. O juiz competente, porém, rejeitou a denúncia do representante do *Parquet*. O recurso cabível contra essa decisão de rejeição da denúncia será:

- a) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- b) Apelação, no prazo de 05 dias.
- c) Carta testemunhável, no prazo de 05 dias.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias.
- e) Apelação, no prazo de 10 dias.

80. O chamado Pacote Anticrime inovou em diversos dispositivos legais na Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013). Dentre as alternativas abaixo, o dispositivo legal integralmente correto é:

- a) As lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição deverão cumprir sua pena em regime integral fechado em estabelecimentos penais de segurança máxima.
- b) O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais por força da gravidade em concreto do delito praticado.
- c) São nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória.
- d) O termo de recebimento de proposta de colaboração será elaborado pelo celebrante e o termo de



confidencialidade será elaborado pelo colaborador e seu advogado ou defensor público com poderes específicos.

e) O acordo de colaboração premiada tem natureza de prova quando realizado na fase de instrução criminal.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

**81.** Assinale a alternativa incorreta:

a) Os partidos políticos, assim como suas fundações, possuem imunidade tributária com relação aos impostos, desde que atendidos os requisitos legais.

b) São imunes com relação aos impostos as entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, desde que atendidos os requisitos legais.

c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

d) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

e) São imunes com relação aos impostos os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

**82.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.

b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

e) É constitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

**83.** Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

d) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

e) A denúncia espontânea não resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

**84.** Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.
- b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

**85.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar

quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, o fato gerador não incide, em razão da falta de um dos elementos essenciais da regramatriz tributária.

é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.

- e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

**86.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

b) Apenas os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em regime de monopólio estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.

- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

- e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

**87.** Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato da alienação.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da comprovação de dolo ou culpa.

**88.** Sobre o princípio da anterioridade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Princípio da anterioridade tem origem no antigo princípio da anualidade, não mais vigente no direito brasileiro. Pelo princípio da anualidade, a cobrança de um tributo estava condicionada à prévia autorização orçamentária.
- b) Há duas modalidades de anterioridade prevista no texto constitucional: a anterioridade anual ou anterioridade de exercício, prevista no artigo 150, inciso III, alínea b; e a anterioridade nonagesimal ou noventena, prevista no artigo 150, inciso III, alínea c e no § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.

c) Todos os tributos que aparecem como mitigações ao princípio da legalidade também são exceções ao princípio da anterioridade anual.

d) Todos os tributos que aparecem como exceções ao princípio da anterioridade anual são também mitigações ao princípio da legalidade.

e) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

**89.** De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

a) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

b) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

d) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

e) A discussão judicial da dívida, embora não suspensa, por si só, a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151 do CTN, impede a inclusão do nome do devedor no CADIN.

**90.** Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.

b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.

- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, ainda que ele tenha sido definitivamente julgado.
- e) O Decreto do Presidente da República é fonte formal secundária.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**91.** O Código Civil brasileiro adotou, de forma indireta, uma definição para o termo jurídico “empresa”. Levando em conta, esta definição, amplamente aceita e adotada pela doutrina pátria, a palavra-chave que está presente nesta definição é

- a) atividade.
- b) pessoa.
- c) coisa.
- d) instituição.
- e) local.

**92.** Com relação à teoria geral do direito societário e ao conceito, à personificação e à classificação das sociedades, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de sociedade é um negócio jurídico plurilateral por meio do qual duas ou mais pessoas, naturais ou jurídicas, ajustam entre si a constituição de uma sociedade, que poderá ou não ter personalidade jurídica; as pessoas que dele participarem se obrigarão a contribuir, reciprocamente, com bens ou serviços, para o exercício de uma atividade econômica.
- b) A sociedade é uma coletividade de pessoas. Sendo assim, os incapazes, que não poderão ser titulares de bens, também não poderão ser titulares de quotas ou ações das sociedades simples ou empresárias.

c) Nas sociedades em conta de participação, existem os sócios ostensivos e os ocultos, sendo ambos responsáveis pela negociação com terceiros e pela realização da prestação e ambos partilhando, em consequência, os respectivos resultados.

d) As sociedades dividem-se em simples e empresárias, sendo exemplos destas últimas as sociedades por ações e as sociedades cooperativas.

e) Para a constituição de uma sociedade, deve-se observar a forma estritamente prescrita em lei, isto é, não será válido um contrato de sociedade que não respeite a forma legal.

**93.** Assinale a opção em que todas as sociedades mencionadas são empresárias, independentemente de seus objetos.

- a) Sociedade em nome coletivo, companhia e sociedade em comum.
- b) Sociedade em comandita simples e sociedade em nome coletivo.
- c) Sociedade de economia mista, sociedade limitada e sociedade simples.
- d) Sociedade limitada, sociedade simples e sociedade cooperativa.
- e) Sociedade anônima e sociedade de economia mista.

**94.** As sociedades empresariais podem ser

- a) anônimas ou ilimitadas.
- b) simples e cooperativas.
- c) personificadas e não personificadas.
- d) simples e limitadas.

**95.** Sobre a disciplina jurídica da atividade empresarial no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A definição de empresa pelo Código Civil adota seu perfil subjetivo, como sujeito de direitos.



- b) O exercício de atividade empresarial por sociedade não inscrita no registro de empresas implica a ineficácia dos negócios celebrados em relação à própria sociedade e a terceiros.
- c) A participação de uma mesma pessoa como sócia em mais de uma Empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) pode caracterizar a formação de grupo econômico.
- d) Pessoa que desempenhe atividade rural e esteja matriculada no registro de empresa pode requerer recuperação judicial.
- e) O tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte não as dispensa da publicação dos atos societários, ainda que de forma resumida.

**96.** O sócio de sociedade em comum, que contrata pela sociedade:

- a) pratica atividade ilícita, por se tratar de sociedade não personificada e, portanto, irregular.
- b) pode por qualquer forma em direito provar a existência da sociedade perante a outra parte no contrato.
- c) responde pessoal e ilimitadamente pelas obrigações assumidas no contrato, desde que não haja mais bens da sociedade passíveis de execução.
- d) é considerado fiador da sociedade perante a outra parte no contrato.
- e) responde pessoal e ilimitadamente pelas obrigações assumidas no contrato, excluído o benefício de ordem.

**97.** É uma forma societária não personificada:

- a) Sociedade em conta de participação.
- b) Sociedade simples.
- c) Sociedade em comandita simples.
- d) Sociedade em nome coletivo.

**98.** Com relação às sociedades em conta de participação, assinale a opção correta à luz do Código Civil.

- a) Em caso de falência do sócio participante, ocorrerá a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.
- b) O sócio ostensivo tem a faculdade de admitir novo sócio, independentemente de consentimento expresso dos demais.
- c) O contrato social produz efeito somente entre os sócios apenas até eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro, momento em que a sociedade passará a possuir personalidade jurídica.
- d) A liquidação da sociedade em conta de participação, se rege pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.
- e) Os bens sociais respondem por ato de gestão apenas do sócio ostensivo.

**99.** Acerca do que o Código Civil Brasileiro estabelece sobre Sociedade em Conta de Participação, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de sociedade não personificada, em que a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais sócios dos resultados correspondentes, e mesmo a eventual inscrição do instrumento de seu contrato social em qualquer registro, não confere personalidade jurídica à sociedade.
- b) Trata-se de sociedade personificada, devendo ser constituída obrigatoriamente por contrato escrito, particular ou público, devendo ser registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- c) Trata-se de sociedade personificada em que somente pessoas físicas podem tomar parte, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente pelas obrigações sócias.

d) Trata-se de sociedade não personificada, em que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, capital este que poderá ser dividido em quotas iguais ou desiguais, salvo disposição contratual em contrário.

e) Trata-se de sociedade não personificada, em que o seu capital é dividido em ações e opera sob firma ou denominação. Nesse tipo de sociedade somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.

**100.** De acordo com os preceitos estabelecidos pelo vigente Código Civil, em relação à sociedade em conta de participação, assinale a alternativa correta.

a) A atividade prevista pelo objeto social é desenvolvida exclusivamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

b) O sócio oculto, que desenvolve a atividade econômica, responde pelas obrigações sociais com seu nome e patrimônio pessoal.

c) Esse tipo de sociedade possui apenas sócios em comandita.

d) O sócio oculto tem responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais.

e) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Nivelamento-ECJ-31-07>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>